

ÍNDICE

| | |
|--------------|---|
| ABREVIATURAS | 9 |
|--------------|---|

| | |
|-------------------------|----|
| PARTE I | |
| O DIREITO DAS SUCESSÕES | 11 |

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I | |
| INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES. | 13 |
| 1. O Direito das Sucessões como ramo do Direito. | 13 |
| 2. Objecto e características do Direito das Sucessões. | 15 |
| 3. Os diversos sistemas sucessórios. | 17 |
| 3.1. Generalidades. | 17 |
| 3.2. Sistema individualista ou capitalista. | 17 |
| 3.3. Sistema familiar. | 19 |
| 3.4. Sistema socialista. | 20 |
| 3.5. O sistema português. | 21 |

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO II | |
| EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DAS SUCESSÕES. | 25 |
| 1. Generalidades. | 25 |
| 2. Direitos da antiguidade. | 25 |
| 3. Direito Romano. | 25 |
| 4. O Direito Intermédio. | 31 |
| 5. As Codificações. | 33 |
| 6. A evolução posterior. | 36 |
| 7. O Direito Português. | 39 |

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO III | |
| PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DAS SUCESSÕES. | 47 |
| 1. Generalidades. | 47 |
| 2. O princípio da propriedade privada. | 47 |
| 3. O princípio da protecção da instituição familiar. | 48 |
| 4. O princípio da autonomia privada. | 50 |
| PARTE II | |
| A SUCESSÃO EM GERAL | 51 |
| CAPÍTULO IV | |
| CONCEITO DE SUCESSÃO. | 53 |
| 1. O conceito jurídico de sucessão. | 53 |
| 2. Sucessão e transmissão. | 54 |
| 3. A sucessão em vida e a sucessão por morte. | 56 |
| 4. Análise de alguns casos duvidosos. | 57 |
| 4.1. Generalidades. | 57 |
| 4.2. A doação com reserva de usufruto. | 57 |
| 4.3. A doação com reserva do direito de dispor. | 58 |
| 4.4. A doação <i>cum moriar</i> . | 60 |
| 4.5. A doação <i>si praemoriar</i> . | 61 |
| 4.6. A partilha em vida. | 62 |
| CAPÍTULO V | |
| A MORTE COMO PRESSUPOSTO DA SUCESSÃO. | 67 |
| 1. A morte natural como pressuposto da sucessão. | 67 |
| 2. A declaração de morte presumida. | 68 |
| 3. As curadorias provisória e definitiva. | 69 |
| 4. A sujeição a registo do óbito e da declaração de morte presumida. | 70 |
| CAPÍTULO VI | |
| O OBJECTO DA SUCESSÃO. | 71 |
| 1. Direitos abrangidos pela sucessão. | 71 |
| 2. Direitos excluídos da sucessão. | 71 |
| 3. Exame de alguns casos duvidosos. | 73 |
| 3.1. A indemnização por morte da vítima. | 73 |
| 3.2. A transmissão por morte do arrendamento. | 75 |

| | |
|---|-----|
| 3.3. O seguro de vida. | 75 |
| CAPÍTULO VII | |
| CATEGORIAS DE SUCESSORES. | 77 |
| 1. A distinção entre herdeiro e legatário. | 77 |
| 2. Diferenças de estatuto entre herdeiro e legatário. | 81 |
| 2.1. Generalidades. | 81 |
| 2.2. O direito de exigir partilha e requerer inventário. | 82 |
| 2.3. A responsabilidade pelos encargos da herança. | 83 |
| 2.4. A sucessão na posse. | 84 |
| 2.5. Outros aspectos de regime. | 85 |
| 2.6. Conclusão. | 86 |
| CAPÍTULO VIII | |
| A DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA. | 89 |
| 1. Conceito de designação sucessória. | 89 |
| 2. Factos designativos. | 90 |
| 3. Hierarquia dos factos designativos. | 91 |
| 4. A situação jurídica dos sucessíveis designados em vida do autor da sucessão. | 92 |
| CAPÍTULO IX | |
| A ABERTURA DA SUCESSÃO. | 97 |
| 1. Generalidades. | 97 |
| 2. O momento da abertura da sucessão. | 97 |
| 3. O lugar da abertura da sucessão. | 98 |
| CAPÍTULO X | |
| A VOCAÇÃO SUCESSÓRIA. | 101 |
| 1. Generalidades. Vocação e devolução. | 101 |
| 2. Pressupostos da vocação. | 104 |
| 2.1. Generalidades. | 104 |
| 2.2. Personalidade jurídica. | 104 |
| 2.2.1. Generalidades. | 104 |
| 2.2.2. A aquisição da personalidade jurídica. | 105 |
| 2.2.3. A procriação artificial após a abertura da sucessão. | 106 |
| 2.2.4. A atribuição da herança ou legado a favor de nascituro não concebido. | 110 |
| | 449 |

| | |
|---|-----|
| 2.2.5. A personalidade jurídica das pessoas colectivas. | 112 |
| 2.2.6. A sobrevivência em relação ao <i>de cuius</i> . | 113 |
| 2.3. Capacidade sucessória. | 114 |
| 2.3.1. Generalidades. | 114 |
| 2.3.2. A indignidade sucessória. | 114 |
| 2.3.3. A deserdação. | 120 |
| 2.4. A titularidade de designação prevalecente. | 125 |
| 3. O princípio da indivisibilidade da vocação. | 125 |
| 4. Modalidades de vocação. | 127 |
| 4.1. Generalidades. | 127 |
| 4.2. Vocação originária e subsequente. | 128 |
| 4.3. Vocação pura e vocação impura (condicional, a termo ou modal). | 130 |
| 4.4. Vocação una e múltipla. | 131 |
| 4.5. Vocação directa e indirecta. | 132 |
| 4.6. Vocação imediata e derivada. | 133 |
| 4.7. Vocação comum e anómala. | 134 |
| 5. As vocações anómalas em especial. | 134 |
| 5.1. Generalidades. | 134 |
| 5.2. A transmissão do direito de suceder. | 134 |
| 5.3. A substituição directa. | 137 |
| 5.3.1. Generalidades | 137 |
| 5.3.2. Modalidades. | 137 |
| 5.3.3. Âmbito de aplicação. | 138 |
| 5.3.4. Efeitos. | 139 |
| 5.4. O direito de representação. | 140 |
| 5.4.1. Generalidades. | 140 |
| 5.4.2. O direito de representação na sucessão legal. | 141 |
| 5.4.3. O direito de representação na sucessão testamentária. | 142 |
| 5.4.4. O direito de representação na sucessão contratual. | 144 |
| 5.4.5. Regime do direito de representação. | 145 |
| 5.4.5.1. Generalidades. | 145 |
| 5.4.5.2. Desigualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes. | 146 |
| 5.4.5.3. Igualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes. | 146 |
| 5.4.5.4. Unidade de estirpe. | 148 |
| 5.5. O direito de acrescer. | 149 |
| 5.5.1. Generalidades. | 149 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 5.5.2. | Âmbito de aplicação. | 149 |
| 5.5.3. | O direito de acrescer na sucessão legal. | 150 |
| 5.5.3.1. | Generalidades. | 150 |
| 5.5.3.2. | Designação simultânea de vários sucessíveis da mesma classe para sucederem na herança. | 150 |
| 5.5.3.3. | Impossibilidade de aceitação ou repúdio da herança por parte de algum ou alguns desses sucessíveis. | 150 |
| 5.5.3.4. | Inexistência de direito de representação. | 151 |
| 5.5.3.5. | Regime do direito de acrescer na sucessão legal. | 152 |
| 5.5.4. | O direito de acrescer na sucessão testamentária. | 153 |
| 5.5.4.1. | Generalidades. | 153 |
| 5.5.4.2. | Pressupostos do direito de acrescer. | 153 |
| 5.5.4.2.1. | Generalidades. | 153 |
| 5.5.4.2.2. | Instituição de vários herdeiros ou legatários na herança ou legado. | 153 |
| 5.5.4.2.3. | Impossibilidade de aceitação ou verificação de repúdio da herança ou legado. | 154 |
| 5.5.4.2.4. | Inexistência de disposição do testador em sentido contrário. | 155 |
| 5.5.4.2.5. | Ausência de carácter pessoal do legado. | 155 |
| 5.5.4.2.6. | Inexistência de direito de representação. | 156 |
| 5.5.4.3. | Regime do direito de acrescer na sucessão testamentária. | 156 |
| 5.5.5. | O direito de acrescer na sucessão contratual. | 158 |
| 5.5.6. | Natureza do direito de acrescer. | 159 |
| 5.6. | A substituição fideicomissária. | 160 |
| 5.6.1. | Generalidades. | 160 |
| 5.6.2. | Evolução histórica. | 162 |
| 5.6.3. | Elementos constitutivos da substituição fideicomissária. | 164 |
| 5.6.3.1. | Generalidades. | 164 |
| 5.6.3.2. | Dupla liberalidade com o mesmo objecto. | 165 |
| 5.6.3.3. | Encargo imposto ao beneficiário da liberalidade de conservar durante a sua vida o objecto da mesma para que este reverta por sua morte a favor do segundo beneficiário. | 166 |
| 5.6.3.4. | Ordem sucessiva. | 166 |
| 5.6.4. | Âmbito de aplicação. | 167 |
| 5.6.5. | Limites de validade. | 167 |

| | |
|--|-----|
| 5.6.6. Situação jurídica do fiduciário. | 169 |
| 5.6.7. Situação jurídica do fideicomissário. | 172 |
| 5.6.8. Os fideicomissos irregulares. | 174 |
| 5.6.9. Natureza da substituição fideicomissária. | 176 |
| 5.7. O concurso de vocações anômalas. | 179 |

| | |
|--------------------------|-----|
| PARTE III | |
| AS SUCESSÕES EM ESPECIAL | 181 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO XI | |
| A SUCESSÃO LEGÍTIMA. | 183 |
| 1. Generalidades. | 183 |
| 2. Categorias de herdeiros legítimos. | 184 |
| 3. Hierarquização dos sucessíveis legítimos. | 185 |
| 3.1. Generalidades. | 185 |
| 3.2. Preferência de classes. | 185 |
| 3.3. Preferência de graus de parentesco. | 186 |
| 3.4. Divisão por cabeça. | 186 |
| 3.4.1. Regime geral. | 186 |
| 3.4.2. Excepções. | 187 |
| 4. A sucessão do cônjuge e dos descendentes. | 188 |
| 5. A sucessão do cônjuge e dos ascendentes. | 190 |
| 6. A sucessão exclusiva do cônjuge. | 191 |
| 7. Sucessão dos irmãos e seus descendentes | 192 |
| 8. Sucessão dos outros colaterais até ao quarto grau. | 192 |
| 9. Sucessão do Estado. | 193 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO XII | |
| A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. | 195 |
| 1. Generalidades. | 195 |
| 2. Conceito de testamento. | 195 |
| 3. Características do testamento. | 196 |
| 3.1. Generalidades. | 196 |
| 3.2. O testamento como negócio jurídico unilateral. | 196 |
| 3.3. O testamento como negócio jurídico não receptício. | 198 |
| 3.4. O testamento como negócio jurídico <i>mortis causa</i> . | 198 |
| 3.5. O testamento como negócio gratuito. | 199 |

| | |
|--|-----|
| 3.6. O testamento como negócio formal. | 199 |
| 3.7. O testamento como negócio individual. | 199 |
| 3.7.1. O carácter individual do testamento. | 199 |
| 3.7.2. Excepções ao carácter individual do testamento. | 201 |
| 3.7.2.1. Generalidades. | 201 |
| 3.7.2.2. A conversão da doação por morte em testamento. | 201 |
| 3.7.2.3. A autorização do cônjuge para a disposição de coisa certa e determinada incluída no património conjugal. | 202 |
| 3.7.2.4. A inclusão de disposições testamentárias na convenção antenupcial. | 203 |
| 3.8. O testamento como negócio pessoal. | 203 |
| 3.8.1. O carácter pessoal do testamento. | 203 |
| 3.8.2. Excepções ao carácter pessoal do testamento. | 203 |
| 3.8.2.1. Generalidades. | 203 |
| 3.8.2.2. A atribuição a terceiro da repartição da herança ou legado quando seja instituída ou nomeada uma generalidade de pessoas. | 204 |
| 3.8.2.3. A nomeação do legatário de entre pessoas determinadas pelo testador. | 204 |
| 3.8.2.4. A escolha do legado pelo onerado, pelo legatário ou por terceiro. | 205 |
| 3.8.2.5. As substituições pupilar e quase-pupilar. | 205 |
| 3.9. O testamento como negócio revogável. | 206 |
| 4. Forma do testamento. | 206 |
| 4.1. Generalidades. | 206 |
| 4.2. As formas comuns de testamento. | 207 |
| 4.2.1. Generalidades. | 207 |
| 4.2.2. O testamento público. | 208 |
| 4.2.3. O testamento cerrado. | 209 |
| 4.2.4. O testamento internacional. | 212 |
| 4.3. As formas especiais de testamento. | 213 |
| 4.3.1. Generalidades. | 213 |
| 4.3.2. O testamento militar. | 214 |
| 4.3.3. O testamento marítimo. | 215 |
| 4.3.4. O testamento a bordo de aeronave. | 216 |
| 4.3.5. O testamento feito em caso de calamidade pública. | 216 |
| 4.4. Âmbito da forma legal. | 216 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 5. | Requisitos do testamento e das disposições testamentárias. | 217 |
| 5.1. | Generalidades. | 217 |
| 5.2. | Possibilidade física e legal e licitude do objecto e do fim do testamento. | 218 |
| 5.3. | A capacidade testamentária. | 218 |
| 5.3.1. | Generalidades. | 218 |
| 5.3.2. | Casos de incapacidade testamentária. | 218 |
| 5.3.3. | As substituições pupilar e quase-pupilar. | 219 |
| 5.3.3.1. | Generalidades. | 219 |
| 5.3.3.2. | A substituição pupilar. | 220 |
| 5.3.3.3. | A substituição quase-pupilar. | 220 |
| 5.4. | As indisponibilidades relativas testamentárias. | 221 |
| 5.4.1. | Generalidades. | 221 |
| 5.4.2. | As disposições do maior acompanhado a favor do acompanhante ou administrador legal de bens. | 222 |
| 5.4.3. | As disposições do menor a favor do tutor, administrador legal de bens ou protutor. | 222 |
| 5.4.4. | Testamento a favor de médicos, enfermeiros ou sacerdotes. | 223 |
| 5.4.5. | Testamento a favor do cúmplice do testador adúltero. | 224 |
| 5.4.6. | Testamento a favor do notário, redactor do testamento, intérprete ou testemunhas que tenham intervenção no acto. | 225 |
| 5.4.7. | Disposição através de interpostas pessoas. | 225 |
| 5.4.8. | Testamento em caso de violação dos impedimentos matrimoniais. | 226 |
| 6. | Falta e vícios da vontade no testamento. | 226 |
| 6.1. | Generalidades. | 226 |
| 6.2. | Exigência de expressão da vontade de forma clara e inequívoca. | 227 |
| 6.3. | Declarações não sérias. | 227 |
| 6.4. | Falta de consciência da declaração e coacção física. | 228 |
| 6.5. | A incapacidade accidental. | 229 |
| 6.6. | Simulação. | 229 |
| 6.7. | Reserva mental. | 230 |
| 6.8. | Erro na declaração. | 231 |
| 6.9. | Erro-vício. | 231 |
| 6.10. | Dolo. | 234 |
| 6.11. | Coacção moral. | 234 |
| 6.12. | Usura. | 235 |
| 7. | A inexistência e a invalidade do testamento. | 236 |

| | |
|---|-----|
| 8. A interpretação do testamento. | 238 |
| 8.1. O critério geral do art. 2187º. | 238 |
| 8.2. A eventual aplicação das disposições gerais relativas à interpretação negocial. | 239 |
| 8.3. As normas interpretativas específicas em matéria testamentária. | 241 |
| 9. A integração do testamento. | 243 |
| 10. O conteúdo do testamento. | 244 |
| 10.1. As disposições não patrimoniais do testamento. | 244 |
| 10.2. As disposições patrimoniais do testamento. | 247 |
| 10.2.1. Generalidades. | 247 |
| 10.2.2. As disposições a título de herança. | 247 |
| 10.2.3. Os legados. | 249 |
| 10.2.3.1. Generalidades. | 249 |
| 10.2.3.2. Classificações de legados. | 249 |
| 10.2.3.2.1. Generalidades. | 249 |
| 10.2.3.2.2. A classificação entre legados típicos e atípicos. | 249 |
| 10.2.3.2.3. A classificação entre legados <i>per vindicationem</i> e <i>per damnationem</i> . | 250 |
| 10.2.3.2.4. A classificação entre legados dispositivos e obrigacionais. | 251 |
| 10.2.3.2.5. A classificação entre legados com eficácia imediata e legados com eficácia mediata. | 252 |
| 10.2.3.2.6. Posição adoptada. | 253 |
| 10.2.3.3. Regime dos legados dispositivos. | 253 |
| 10.2.3.3.1. Generalidades. | 253 |
| 10.2.3.3.2. O legado de coisa certa e determinada. | 253 |
| 10.2.3.3.3. O legado de coisa identificada pelo lugar em que se encontra. | 254 |
| 10.2.3.3.4. O legado de usufruto. | 255 |
| 10.2.3.3.5. O legado de crédito. | 256 |
| 10.2.3.4. Regime dos legados obrigacionais. | 257 |
| 10.2.3.4.1. Generalidades. | 257 |
| 10.2.3.4.2. O legado de coisa genérica. | 257 |
| 10.2.3.4.3. O legado alternativo. | 259 |
| 10.2.3.4.4. Os legados de prestação periódica e de alimentos. | 259 |
| 10.2.3.5. O pré-legado. | 261 |

| | |
|--|-----|
| 10.2.3.6. Os legados pios. | 261 |
| 10.2.3.7. Perturbações do legado. | 263 |
| 10.2.3.7.1. Generalidades. | 263 |
| 10.2.3.7.2. O legado de coisa pertencente a terceiro. | 264 |
| 10.2.3.7.3. O legado de coisa comum. | 265 |
| 10.2.3.7.4. O legado de coisa certa e determinada integrada na comunhão conjugal. | 265 |
| 10.2.3.7.5. O legado de coisa pertencente ao sucessor obrigado ao legado. | 266 |
| 10.2.3.7.6. O legado de coisa pertencente ao próprio legatário ou por este adquirida. | 266 |
| 10.2.3.7.7. O legado de coisa onerada. | 267 |
| 10.2.3.7.8. O legado para pagamento de dívida. | 268 |
| 10.3. A instituição de fundações. | 269 |
| 10.4. As cláusulas acessórias do testamento. | 270 |
| 10.4.1. Generalidades. | 270 |
| 10.4.2. A condição. | 270 |
| 10.4.2.1. Generalidades. | 270 |
| 10.4.2.2. Limitações à estipulação da condição. | 271 |
| 10.4.2.3. A pendência da condição. | 274 |
| 10.4.2.4. A verificação da condição. | 275 |
| 10.4.3. O termo. | 275 |
| 10.4.3.1. Generalidades. | 275 |
| 10.4.3.2. Limitações à estipulação do termo. | 275 |
| 10.4.3.3. Pendência do termo. | 276 |
| 10.4.3.4. Verificação do termo. | 277 |
| 10.4.4. O modo ou encargo. | 277 |
| 10.4.4.1. Generalidades. | 277 |
| 10.4.4.2. Limitações à estipulação de encargos. | 277 |
| 10.4.4.3. Regime do modo. | 278 |
| 10.4.5. A cláusula penal. | 278 |
| 10.5. A revogação do testamento. | 279 |
| 10.5.1. Generalidades. | 279 |
| 10.5.2. Modalidades de revogação. | 279 |
| 10.5.2.1. Generalidades. | 279 |
| 10.5.2.2. Revogação expressa, tácita e real. | 280 |
| 10.5.2.3. Revogação total e parcial. | 284 |
| 10.5.3. As cláusulas acessórias no âmbito da revogação do testamento. | 284 |

| | |
|--|-----|
| 10.5.4. A revogação do testamento revogatório. | 285 |
| 10.6. A caducidade do testamento. | 286 |
| 10.6.1. Generalidades. | 286 |
| 10.6.2. Caducidade total ou parcial. | 286 |
| 10.6.3. Casos de caducidade. | 286 |
| 10.6.3.1. Generalidades. | 286 |
| 10.6.3.2. O falecimento do beneficiário da disposição testamentária antes do testador. | 287 |
| 10.6.3.3. O falecimento do beneficiário da disposição testamentária antes da verificação da condição suspensiva. | 287 |
| 10.6.3.4. A posterior incapacidade sucessória do beneficiário. | 288 |
| 10.6.3.5. A dissolução ou invalidade do casamento do beneficiário. | 288 |
| 10.6.3.6. O repúdio da herança ou legado. | 289 |
| 10.6.3.7. Outros casos de caducidade das disposições testamentárias. | 289 |
| CAPÍTULO XIII | |
| A SUCESSÃO CONTRATUAL. | 291 |
| 1. Generalidades. | 291 |
| 2. Modalidades de pactos sucessórios. | 292 |
| 3. Regime dos pactos sucessórios. | 292 |
| 3.1. Generalidades. | 292 |
| 3.2. Pactos sucessórios renunciativos. | 293 |
| 3.3. Pactos sucessórios designativos. | 296 |
| 3.3.1. Generalidades. | 296 |
| 3.3.2. A disposição do esposado a favor do outro e as disposições recíprocas de ambos os esposados. | 297 |
| 3.3.3. A disposição de terceiro a favor de um ou de ambos os esposados. | 298 |
| 3.3.4. As disposições dos esposados a favor de terceiro. | 299 |
| 3.3.5. As doações por morte para casamento. | 300 |
| 4. A situação jurídica dos sucessíveis contratuais em vida do autor da sucessão. | 301 |
| 5. A impossibilidade de repúdio da sucessão contratual após a abertura da sucessão. | 302 |

CAPÍTULO XIV

| | |
|---|-----|
| A SUCESSÃO LEGITIMÁRIA. | 305 |
| 1. Generalidades. | 305 |
| 2. Elenco dos herdeiros legitimários. | 306 |
| 3. Definição de legítima. | 307 |
| 4. A legítima objectiva, a legítima subjectiva e a quota disponível. | 307 |
| 5. O cálculo da legítima. | 309 |
| 6. A tutela da legítima. | 313 |
| 6.1. Generalidades. | 313 |
| 6.2. A tutela quantitativa da legítima. | 313 |
| 6.2.1. Generalidades. | 313 |
| 6.2.2. A redução de liberalidades por inoficiosidade. | 314 |
| 6.2.2.1. Generalidades. | 314 |
| 6.2.2.2. Liberalidades sujeitas à redução. | 314 |
| 6.2.2.3. Legitimidade para requerer a redução. | 315 |
| 6.2.2.4. Forma de determinar a redução. | 315 |
| 6.2.2.5. Regime da redução por inoficiosidade. | 316 |
| 6.2.2.6. Natureza da redução por inoficiosidade. | 319 |
| 6.3. A tutela qualitativa da legítima. | 320 |
| 6.3.1. Generalidades. | 320 |
| 6.3.2. A cautela sociniana. | 321 |
| 6.3.3. O legado por conta da legítima. | 323 |
| 6.3.4. O legado em substituição da legítima. | 325 |
| 6.4. A colação. | 328 |
| 6.4.1. Generalidades. | 328 |
| 6.4.2. Pessoas sujeitas à colação. | 329 |
| 6.4.3. A dispensa da colação. | 333 |
| 6.4.4. Regime jurídico da obrigação de conferir. | 334 |
| 6.5. A imputação. | 338 |
| 6.5.1. Generalidades. | 338 |
| 6.5.2. As doações feitas aos descendentes que entrem na sucessão. | 339 |
| 6.5.3. As doações feitas aos descendentes que não queiram ou não possam aceitar a sucessão. | 339 |
| 6.5.4. As doações feitas ao cônjuge. | 340 |
| 6.5.5. As doações feitas a ascendentes. | 343 |
| 6.5.6. As doações feitas a não sucessíveis legitimários prioritários. | 344 |
| 6.5.7. As disposições testamentárias a favor de herdeiros legitimários. | 344 |

| | |
|--|-----|
| 6.5.8. As disposições testamentárias a favor de não sucessíveis legitimários prioritários. | 345 |
| 6.5.9. Conclusão. | 345 |
| 7. Natureza do direito à legítima. | 346 |

PARTE IV

| | |
|---|-----|
| A PENDÊNCIA DA SUCESSÃO E A AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA. | 353 |
|---|-----|

CAPÍTULO XV

| | |
|---|-----|
| A PENDÊNCIA DA SUCESSÃO. | 355 |
| 1. Generalidades. | 355 |
| 2. A administração da herança jacente. | 356 |
| 3. A responsabilidade por dívidas da herança jacente. | 358 |
| 4. A notificação ao sucessível para informar se aceita ou repudia a sucessão. | 358 |
| 5. Natureza da herança jacente. | 360 |

CAPÍTULO XVI

| | |
|---|-----|
| A AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA. | 363 |
| 1. O sistema português de aquisição sucessória. | 363 |
| 2. A aceitação e o repúdio da herança. | 366 |
| 2.1. Regime geral da aceitação e repúdio. | 366 |
| 2.2. Regime específico da aceitação da herança. | 370 |
| 2.2.1. Formas de aceitação da herança. | 370 |
| 2.2.2. Efeitos da aceitação da herança. | 371 |
| 2.3. Regime específico do repúdio da herança. | 372 |
| 2.3.1. Requisitos do repúdio da herança. | 372 |
| 2.3.2. Efeitos do repúdio da herança. | 373 |
| 2.4. A sub-rogação dos credores do repudiante. | 373 |
| 3. A aceitação e o repúdio dos legados. | 374 |

CAPÍTULO XVII

| | |
|---|-----|
| O RECONHECIMENTO E EXERCÍCIO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS. | 375 |
| 1. Generalidades. | 375 |
| 2. A demonstração da qualidade de sucessor: a habilitação e o certificado sucessório europeu. | 375 |
| 2.1. A habilitação. | 375 |

| | |
|---|-----|
| 2.1.1. Generalidades. | 375 |
| 2.1.2. A habilitação judicial. | 376 |
| 2.1.3. A habilitação administrativa. | 377 |
| 2.1.4. A habilitação notarial. | 377 |
| 2.1.5. A habilitação registal. | 378 |
| 2.2. O certificado sucessório europeu. | 379 |
| 3. A acção de petição da herança. | 380 |
| 4. A acção de cumprimento dos legados e a acção de reivindicação ou de restituição de posse das coisas legadas. | 382 |
| 5. A sonegação dos bens da herança. | 384 |

PARTE V

| | |
|---|-----|
| A INDIVISÃO DA HERANÇA E A SUA LIQUIDAÇÃO E PARTILHA. | 385 |
|---|-----|

CAPÍTULO XVIII

| | |
|--|-----|
| A HERANÇA INDIVISA. | 387 |
| 1. Generalidades. | 387 |
| 2. Âmbito da herança indivisa. | 388 |
| 3. O exercício dos direitos pelos herdeiros na herança indivisa. | 389 |
| 4. A responsabilidade pelas dívidas da herança indivisa. | 390 |
| 5. Natureza da herança indivisa. | 391 |

CAPÍTULO XIX

| | |
|--|-----|
| A ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA. | 393 |
| 1. Generalidades. | 393 |
| 2. A administração pelo cabeça-de-casal. | 393 |
| 2.1. Generalidades. | 393 |
| 2.2. Designação do cabeça-de-casal. | 394 |
| 2.3. Exercício de funções. | 395 |
| 2.4. Poderes do cabeça-de-casal. | 395 |
| 2.5. Deveres do cabeça-de-casal. | 397 |
| 2.6. Cessação de funções. | 397 |
| 3. A administração pelos herdeiros. | 398 |
| 4. A administração pelo testamenteiro. | 398 |
| 4.1. Generalidades. | 398 |
| 4.2. Designação e exercício de funções. | 399 |
| 4.3. Poderes do testamenteiro. | 400 |

| | |
|---|-----|
| 4.4. Deveres do testamenteiro. | 400 |
| 4.5. Cessação de funções. | 400 |
| CAPÍTULO XX | |
| A ALIENAÇÃO DA HERANÇA. | 403 |
| 1. Pressupostos. | 403 |
| 2. Forma. | 403 |
| 3. Regime. | 404 |
| 4. Perturbações da prestação. | 405 |
| 5. Direito de preferência. | 405 |
| CAPÍTULO XXI | |
| A LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA. | 407 |
| 1. Generalidades. | 407 |
| 2.  mbito dos encargos da herança. | 407 |
| 3. Preferências na satisfação dos encargos da herança. | 408 |
| 4. Responsabilidade dos diversos sujeitos pelos encargos da herança. | 410 |
| 4.1. Generalidades. | 410 |
| 4.2. A responsabilidade dos herdeiros em caso de herança indivisa. | 410 |
| 4.3. Competências do testamenteiro e do cabeça-de-casal na satisfação dos encargos da herança. | 412 |
| 4.4. A responsabilidade do herdeiro que procede à alienação da herança ou do quinhão hereditário. | 412 |
| 4.5. A responsabilidade dos herdeiros após a partilha. | 413 |
| 4.6. A responsabilidade do Estado em caso de herança vaga. | 414 |
| 4.7. A responsabilidade dos legat rios pelos encargos da herança. | 414 |
| 4.8. A responsabilidade do usufrutu rio. | 415 |
| CAPÍTULO XXII | |
| A PARTILHA DA HERANÇA. | 417 |
| 1. Generalidades. | 417 |
| 2. O direito de exigir a partilha | 417 |
| 3. As atribuições preferenciais. | 418 |
| 4. Modalidades da partilha. | 419 |
| 4.1. Generalidades. | 419 |
| 4.2. A partilha por acordo. | 419 |
| 4.2.1. A partilha por contrato não formal. | 419 |
| 4.2.2. A partilha por via notarial. | 420 |

| | |
|--|---------|
| 4.2.3. A partilha através dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária. | 420 |
| 4.3. A partilha mediante inventário. | 421 |
| 4.3.1. Generalidades. | 421 |
| 4.3.2. O processo de inventário nos tribunais judiciais. | 422 |
| 4.3.2.1. Generalidades. | 422 |
| 4.3.2.2. Legitimidade para o processo de inventário. | 422 |
| 4.3.2.3. Requerimento inicial e termos subsequentes. | 423 |
| 4.3.2.4. Oposição, impugnação e reclamação no inventário. | 423 |
| 4.3.2.5. Verificação do passivo e pagamento das dívidas. | 424 |
| 4.3.2.6. Audiência prévia e saneamento do processo. | 425 |
| 4.3.2.7. Conferência de interessados e licitações dos bens. | 426 |
| 4.3.2.8. O incidente de inoficiosidade das doações e legados. | 428 |
| 4.3.2.9. A partilha e a sua homologação. | 429 |
| 4.3.2.10. Incidentes posteriores à homologação definitiva da partilha. | 430 |
| 4.3.3. O processo de inventário nos cartórios notariais. | 432 |
| 5. Efeitos da partilha. | 434 |
| 6. Natureza da partilha. | 434 |
| BIBLIOGRAFIA | 437 |